

## **PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO COMERCIAL BRASILEIRO ENTRE 1990-2012: ASPECTOS TECNOLÓGICOS E MACROECONÔMICOS**

### **BRAZILIAN TRADE SPECIALISATION PATTERN BETWEEN 1990-2012: TECHNOLOGICAL AND MACROECONOMICS ASPECTS**

**Ricardo Schmidt Filho<sup>1</sup>**

Unidade Acadêmica de Economia e Finanças  
Universidade Federal de Campina Grande  
Campina Grande – Paraíba – Brasil

**Bianca Guaracy Carvalho da Cruz Lima<sup>2</sup>**

Programa de Pós-Graduação em Economia  
Universidade Federal da Paraíba  
João Pessoa – Paraíba – Brasil

**Resumo:** As mudanças promovidas na política macroeconômica a partir da década de 1990 impactaram significativamente as relações de comércio internacional do Brasil, assim como sua estrutura econômica. Este trabalho tem como objetivo analisar o padrão de especialização comercial da economia brasileira entre 1990 e 2012. Para isso, dividiram-se os setores de acordo com seu conteúdo tecnológico e seus desempenho e importância foram calculados através dos indicadores: *Market Share*; Participação nas Exportações; Vantagem Comparativa Revelada; e Contribuição ao Saldo. Foi possível concluir que, ao longo do período estudado, o Brasil manteve uma pauta exportadora vulnerável, baseada em produtos de menor conteúdo tecnológico.

**Palavras-chave:** Comércio internacional. Estrutura produtiva. Economia brasileira.

**Abstract:** Changes promoted in the macroeconomic policy since 1990s affected significantly the international trade relations of Brazil, as well as its economic structure. This paper goal is to analyze the Brazilian economy pattern of trade specialization between 1990 and 2012. For this, the sectors were divided according to their technological content and their performance and importance were calculated through the indicators: Market Share; Export Share; Revealed Comparative Advantage; and Contribution to the Trade Balance. It was possible to conclude that, during the studied period, Brazil kept a vulnerable export basket, based on products of less technological content.

**Key-words:** International trade. Production structure. Brazilian economy.

**Recebido:** 13/10/2016

**Aprovado:** 29/12/2016

### **Introdução**

O perfil da inserção internacional de um país, em especial do comércio, está no cerne das discussões da economia sobre crescimento e desenvolvimento. O comércio

---

<sup>1</sup>rschmidtfilho@hotmail.com

<sup>2</sup>biancagaracy@hotmail.com

internacional, como ressalta Carneiro (2002), é um fenômeno muito antigo e foi um aspecto importante desde a elaboração das primeiras teorias econômicas, contudo a sua relevância se intensificou após a criação das instituições de *Bretton Woods* e, particularmente, com o acirramento da globalização a partir da década de 1980, sendo esta definida pelo grande volume e a livre circulação de bens e capitais entre países.

Nesse contexto, a partir da década de 1990 se dá a chamada Inserção Liberal Periférica (CARNEIRO, 2002) e o Brasil está entre os países envolvidos, mudando radicalmente seu perfil de inserção internacional, anteriormente pautado pelo Modelo de Substituição de Importações (MSI). O país viveu no período um importante momento político com o retorno das eleições diretas, além disso, também passava por graves problemas econômicos em decorrência da inflação (BAER, 2002).

Sendo assim, considera-se importante analisar quais os efeitos de todas essas mudanças no perfil do comércio internacional, tendo como premissa que uma inserção comercial mais eficaz se dá através de produtos com níveis de tecnologia mais elevados. Deve-se considerar ainda que, desde então, o Brasil apresentou governos com perfis ideológicos distintos em relação às políticas internacional, nacional e regional, bem como o mundo viveu períodos de crises, tanto em países periféricos como em países centrais, mas também períodos de forte crescimento do PIB e do comércio internacional.

O artigo tem como objetivo analisar o padrão de especialização comercial da economia brasileira entre 1990 e 2012, destacando seu comportamento nos seguintes subperíodos: 1) 1990-1994 – início da abertura econômica; 2) 1995-1998 – desequilíbrio externo, crise fiscal e estabilidade monetária; 3) 1999-2002 – ajuste fiscal, flutuação cambial e metas inflacionárias; 4) 2003-2007 – continuidade da política econômica anterior com cenário externo favorável (*boom de commodities*); e 5) 2008-2012 – continuidade da política econômica anterior com cenário externo desfavorável (crises de 2008 e 2010).

Além desta introdução, o artigo está dividido em quatro seções. A primeira trata da importância do conteúdo tecnológico para as exportações e crescimento econômico, a segunda faz a contextualização da economia brasileira dentro de cada subperíodo avaliado, a terceira apresenta a metodologia aplicada no estudo e a quarta traz a análise dos resultados. Por fim, são apresentadas as conclusões.

## **1. Abordagem tecnológica nas teorias de comércio internacional**

Esta seção discute as teorias do comércio internacional, tratando inicialmente dos principais modelos da abordagem ortodoxa. A primeira subseção apresenta os modelos clássicos e neoclássicos, na segunda é abordada a teoria revisionista de Krugman e na terceira subseção são apontadas algumas das teorias heterodoxas, como a teoria evolucionária ou institucional inspirada nos argumentos de Friedrich List e a abordagem keynesiana representada pela teoria de Kaldor, pela teoria estruturalista da escola cepalina e pela Lei de Thirwall.

As relações entre comércio e crescimento estão presentes nos principais tópicos de discussão da teoria econômica desde seu início em virtude de suas implicações para as políticas externa, econômica, comercial, industrial, dentre outras. Desde a teoria das vantagens absolutas de Adam Smith, o tema tem ganhado cada vez mais relevância, especialmente a partir da criação de instituições de *Bretton Woods* e do Plano *Marshall*, com o aumento da liberalização comercial e prevalecimento dos argumentos acerca dos benefícios do comércio internacional (SARQUIS, 2001).

Nesse contexto, Moreira (2012) argumenta que as teorias do comércio internacional se dividem em dois pressupostos, o liberal e o antiliberal. As duas vertentes têm como principal ponto de divergência o julgamento sobre as decorrências da diferenciação de especialização produtiva entre países. Para a primeira, países com eficiências produtivas desiguais maximizam sua riqueza de acordo com seus recursos e capacitações existentes; já a segunda defende que diferentes especializações produtivas provocam relações comerciais assimétricas e, por consequência, efeito desigual sobre a riqueza e a capacidade produtiva dos países. O autor atribui à teoria liberal os clássicos (Adam Smith e Ricardo), neoclássicos (Heckscher e Ohlin) e a chamada nova teoria do comércio internacional (Paul Krugman).

Baseados na nomenclatura utilizada por Dosi, Pavitt e Soete (1990), Torezani e Campos (2013) denominam essas teorias como visão ‘pura’ do comércio internacional e argumentam que estão baseadas em pressupostos fundamentais ‘heroicos’ sobre tecnologia, comportamento, demanda e o mecanismo de ajustamento, como explicam esses autores:

Sobre a tecnologia. Diferenças nas técnicas podem adequadamente ser representadas por funções de produção bem-comportadas, contínuas,

diferenciáveis, apresentam retornos não-crescentes de escala, etc., além de serem assumidas como idênticas em todos os países; (ii) sobre o comportamento. Competição perfeita prevalece por toda parte. Os agentes são maximizadores sobre restrições orçamentárias; (iii) sobre a demanda. Preferências idênticas em todos os países e funções de utilidade bem-comportadas; e (iv) sobre o mecanismo de ajustamento. Ajustamentos são como tais a fim de garantir a compensação de todos os mercados de produtos e de fatores (TOREZANI & CAMPOS, 2013, p. 4-5).

Tais hipóteses são rígidas e limitam a realidade como, por exemplo, concorrência perfeita, nações com funções de produção similares, rendimentos constantes de escala, livre mobilidade de fatores entre setores, produtos e fatores homogêneos entre países. As hipóteses também são estáticas, ou seja, a abertura comercial somente proporcionaria um crescimento até certo limite que não poderia ser ultrapassado (MOREIRA, 2012; SARQUIS, 2001).

### **1.1. Teorias clássica e neoclássica**

A teoria das vantagens absolutas de Smith argumenta que, através da divisão do trabalho, um país pode ser mais eficiente ao se especializar na produção dos bens em que possui menores custos absolutos, ou seja, nos quais o trabalho apresenta maior produtividade em relação aos demais países, podendo através do comércio internacional ampliar seu mercado consumidor e obter os demais bens de que necessita a preços menores do que se fossem produzidos internamente. Assim, todos os países envolvidos seriam beneficiados, pois apresentariam melhor alocação de recursos e, por consequência, maior poupança e renda (SALVATORE, 2007).

O modelo de David Ricardo também toma como base a teoria do valor trabalho, contudo reelaborou a teoria de Smith ressaltando a importância de sua eficiência relativa em vez dos custos absolutos, ou seja, ainda que um país não possuísse bens com menores custos absolutos, o comércio seria favorável, pois a produtividade relativa do trabalho é o que deve ser considerado. Para tanto, o modelo adota como hipóteses o mundo 2x2 (dois produtos, dois países), no qual cada país possui uma quantidade fixa de trabalhadores que podem se deslocar de um setor para outro, mas não podem deixar o país. A diferenciação da produtividade do trabalho se dá pelas diferenças tecnológicas entre setores e países, os custos de produção são constantes e não há barreiras ao comércio internacional (BAUMANN; CANUTO; GONÇALVES, 2004).

Contudo, Gonçalves (1997) aponta que um dos principais questionamentos acerca das vantagens comparativas é que elas não explicam a razão da diferença entre os custos comparativos entre os países. Neste contexto, Heckscher atribuiu funções de produção iguais para os países e introduziu a ideia de que todos os fatores de produção (não só o trabalho) são determinantes para o comércio internacional e, portanto, a diferença de dotação de fatores é o principal determinante das vantagens comparativas.

A partir da revisão e simplificação das ideias de Heckscher foi elaborado o modelo Heckscher-Ohlin, que pressupõe um mundo 2x2x2 (dois países, dois produtos, dois fatores); os dois fatores neste caso são trabalho e capital. O modelo neoclássico de comércio está baseado em dois teoremas: 1) o teorema de Heckscher-Ohlin; e 2) o teorema de equalização de preços dos fatores, sendo este incorporado do teorema de Stolper-Samuelson, deixando o modelo reconhecido também como modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson. (SALVATORE, 2007; TOREZANI & CAMPOS, 2013). O primeiro teorema pode ser explicado da seguinte maneira:

**O teorema de Heckscher-Ohlin (H-O)** postula que uma determinada nação irá exportar aquela mercadoria, cuja produtividade exige a utilização intensiva do fator relativamente abundante e barato da nação, e irá importar aquela mercadoria cuja produção exige a utilização intensiva do fator relativamente escasso e caro da nação (SALVATORE, 2007, p. 56-57, grifo do autor).

Sendo assim, os países abundantes em trabalho devem se especializar em produtos intensivos neste fator, uma vez que seguindo o princípio da oferta e da demanda, por ser mais ofertado, o fator é relativamente mais barato e o oposto deve ocorrer para os países abundantes em capital.

Nesse sentido, o modelo também procura explicar a distribuição de renda interna por meio do comércio internacional. Nos países abundantes em capital, os setores que possuem este fator são mais beneficiados, pois a demanda aumentará e, em contrapartida, os setores possuidores do trabalho perdem força. A atuação do governo através de subsídios e impostos pode corrigir essa desigualdade, mas o livre comércio deve ser mantido, uma vez que os ganhos absolutos são maiores do que se houvesse algum tipo de restrição (KRUGMAN & OBSTFELD, 2005).

O mesmo raciocínio explica o teorema da equalização de preços de fatores. Com a evolução do comércio internacional, a demanda pelo bem mais abundante aumenta

cada vez mais, afetando diretamente seu preço – em um país, o capital, e no outro, o trabalho – até o ponto em que os preços dos dois fatores se igualem, ou seja, quando o preço dos juros (remuneração do capital) e dos salários (remuneração do trabalho) forem os mesmos nos dois países, assumindo que esses fatores são homogêneos. A expansão do comércio internacional deve continuar até que atinja este ponto, a partir de então não haverá mais benefício para nenhum dos países (SALVATORE, 2007).

Seguindo este raciocínio, para a teoria econômica tradicional o comércio internacional só se aplicaria entre países com dotações de fatores diferentes, contudo as evidências empíricas mostram o contrário. Dentre elas estão os estudos realizados utilizando o índice de comércio intraindústria desenvolvido por Grubel e Lloyd (1975) que apontam que a partir da década de 1980 o comércio intraindústria tem crescido bastante nos países desenvolvidos, com ênfase nos setores de maior capital físico e humano e conteúdo tecnológico, sendo este o padrão de comércio Norte-Norte, em contraste com o comércio Norte-Sul – este sim obedece a lógica de dotação de fatores do modelo Heckscher-Ohlin (SARQUIS, 2001).

Nesse sentido, com base na teoria tradicional foram elaborados novos modelos que flexibilizam algumas das hipóteses ‘heroicas’ a fim de tornar a teoria mais próxima das evidências. Torezani e Campos (2013) classificam essas visões teóricas como ‘revisionistas’ e as denominam como a nova teoria do comércio internacional, dentre elas a abordagem de maior destaque é proposta por Paul Krugman.

## **1.2. Economias de escala e concorrência imperfeita**

Na abordagem de Paul Krugman, em vez de rendimentos constantes e concorrência perfeita são adotadas as hipóteses de economias de escala e concorrência imperfeita. As economias de escala podem ser internas (dentro da firma, dependendo de seu tamanho) ou externas (na indústria). Segundo essa abordagem, a diferenciação entre os países não se dá pelas vantagens comparativas, mas sim pelos diferenciais tecnológicos e na produção de inovação (MOREIRA, 2012; TOREZANI & CAMPOS, 2013).

Nesse contexto, o país do Norte, por ser mais inovador, possui o monopólio de determinado produto, criando um *gap* tecnológico, até o momento em que essa inovação é completamente difundida e o país do Sul é capaz de ‘imitar’ essa nova tecnologia, adquirindo vantagem na produção, uma vez que, dominada a tecnologia, o

custo do trabalho passa a ser o diferencial competitivo e este é inferior no país do Sul. Sendo assim, o país do Norte garante sua vantagem nas relações comerciais ao manter continuamente o processo de inovação (TOREZANI & CAMPOS, 2013).

Portanto, cada país poderia ampliar seus ganhos ao produzir maior quantidade de mercadorias, agora numa variedade restrita de bens nos quais possuem vantagens de economias de escala. Isso ocorreria sem afetar a variedade do consumo, independentemente das diferenças de vantagens comparativas, pois essa necessidade seria suprida pelo comércio internacional, sem afetar negativamente outros países (MOREIRA, 2012).

A partir do que foi exposto, é possível perceber que, apesar da flexibilização de algumas hipóteses, as conclusões do modelo de Krugman pouco divergem das assumidas pela teoria tradicional do comércio internacional. Para ambos, o livre comércio produz ganhos para todas as nações envolvidas.

Segundo Gonçalves (1997), a nova teoria do comércio internacional, de fato, não traz nada de novo, apenas inclui novas variáveis aos modelos e chega a resultados já conhecidos. Com respeito à abordagem de Krugman, o autor traz a seguinte citação de Kindleberger (1993, p. 56): “Eu confesso alguma irritação com a defesa de Krugman de que sua teoria do comércio internacional é nova somente porque oferece em forma de equação uma verdade já bastante usada”.

Portanto, no que tange à relação entre crescimento, desenvolvimento econômico e comércio internacional as bases dos pressupostos liberais podem ser sintetizadas da seguinte forma: As diferenças internacionais não implicariam assimetrias, mas complementaridades mutuamente vantajosas, [...] o comércio internacional não afetaria o nível de emprego de recursos entre países, mas apenas sua alocação intersetorial, aumentando a renda real graças aos ganhos de especialização (MOREIRA, 2012, p. 217).

No entanto, existe um grupo de teorias que contesta esse pressuposto, uma vez que, mesmo após as flexibilizações adotadas pela nova teoria do comércio internacional, as evidências empíricas não comprovaram os modelos da teoria liberal. Para Robinson (1971 apud GONÇALVES, 1997, p. 12), “não há ramo da economia no qual exista uma lacuna maior entre a doutrina ortodoxa e os problemas reais do que na teoria do comércio internacional”. Este grupo dissidente em relação aos argumentos liberais forma a teoria heterodoxa do comércio internacional.

### **1.3. Teoria “heterodoxa” do comércio internacional**

As teorias antiliberais ou heterodoxas se baseiam na ideia de que as diferentes especializações produtivas não são apenas herdadas através da dotação de fatores, mas são, principalmente, construídas ao longo do tempo. Dentro disso, países que estabeleceram uma estrutura produtiva baseada em tecnologia, inovação e conhecimento, em suma, nos setores com dinâmicas de preço mais favoráveis, possuem vantagens no comércio internacional que se refletem no crescimento de suas economias. (CHANG, 2004)

A atribuição da inovação e da tecnologia como fatores determinantes para a diferenciação do comércio entre os países tem como base a teoria de Joseph Schumpeter, que aponta a inovação como principal impulsionadora do desenvolvimento econômico. Para o autor, as inovações e, por consequência, o desenvolvimento são fruto de um processo de formação sociocultural construído ao longo do tempo (SCHMIDT FILHO, 2011)

Schumpeter (1982, p 47) adota a seguinte definição de desenvolvimento econômico:

Entendemos por desenvolvimento, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então, diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia em si mesma é arrastada pelas mudanças do mundo a sua volta, e que as causas e, portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica.

Estes pressupostos foram também atribuídos ao comércio internacional para fundamentar a teoria heterodoxa, ou seja, os processos de inovação construídos ao longo do tempo são os fatores que explicam as relações de comércio internacional ainda que estas sejam desiguais, uma vez que a tecnologia não é um bem livre, contrariando o que fundamenta a teoria da dotação de fatores, que atribui às características geográficas já estabelecidas o mútuo benefício do comércio. Torezani e Campos (2013, p. 14) argumentam que “os ditos heréticos se afastam dos ajustamentos preço/quantidade e



investigam a relação entre comércio, níveis de atividade e crescimento, tanto no curto quanto no longo prazo”.

Nesse sentido, Moreira (2012) destaca Friedrich List como um dos pioneiros na defesa da atuação do Estado, especialmente em países inferiores na hierarquia do comércio internacional, a fim de investir em uma infraestrutura de desenvolvimento de tecnologia e de proteger a indústria local nascente, uma vez que o mercado é um local de competição entre os agentes. Para List (1983, p. 113 apud MOREIRA, 2012, p. 219) “uma nação que troca produtos agrícolas por artigos manufaturados estrangeiros é um indivíduo com um braço só, sustentado por um braço estrangeiro”.

Baseada nas premissas de List, foi criada a teoria evolucionária ou institucional que tem por objetivo analisar os efeitos das mudanças da tecnologia no comércio internacional, tendo como principais autores Archibugi e Michie (1997, 1998) e Dosi, Pavitt e Soete (1990).

Utilizando fundamentos microeconômicos na teoria da inovação, a teoria evolucionária constatou que os países cada vez mais se especializam em distintos setores e convergem em intensidade de P&D. Deste modo, a trajetória nacional define em qual setor o país será mais competitivo e a especialização em setores mais inovadores pode contribuir para maiores taxas de crescimento. A teoria também afirma que uma vez que o comércio internacional é um ambiente de competição tecnológica e que não há equilíbrio de longo prazo na distribuição setorial, a competitividade de cada país pode ser expressa pela dinâmica de seu *market share* mundial em um determinado setor, e este, em conjunto com o perfil da demanda interna, determinam o ritmo das mudanças estruturais do país (TOREZANI & CAMPOS, 2013).

Ao considerar a importância da demanda, a teoria evolucionária converge em alguns princípios com a abordagem keynesiana na teoria do comércio internacional, representada aqui pelo modelo de Kaldor, tratando a elasticidade-renda das importações e exportações e pela Lei de Thirwall, que evidencia a importância do Balanço de Pagamentos para o crescimento de longo prazo.

Kaldor (1989a, 1989b, 1989c) associa o potencial de emprego e renda de uma economia ao seu tipo de inserção setorial, creditando a condição de equilíbrio do comércio exterior às elasticidades-renda das exportações e das importações. Nesse sentido, postula-se de um lado que existe uma relativa estabilidade das cestas de

consumo e de outro que existe grande heterogeneidade nas elasticidades-renda dos diversos produtos exportados e importados. Portanto, o crescimento das importações depende da variação da renda real e o crescimento das exportações depende da elasticidade-renda da pauta exportadora, que é maior quanto maior for sua habilidade inovativa. Assim, as variáveis de ajuste do comércio internacional são os níveis de renda e emprego e não os preços e quantidades (MOREIRA, 2012).

Com a influência dessa teoria, surge o argumento cepalino (PREBISCH, 2000), que defendeu a industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento das nações da América Latina. De acordo com este argumento, as teorias tradicionais só mostravam algum poder explicativo para as relações entre os países desenvolvidos e seus princípios não beneficiavam os países periféricos, especialmente no que tange à equalização dos preços relativos dos fatores. Como resultado, naturalizam-se relações desiguais de comércio que têm efeitos perversos sobre a geração de renda das economias subordinadas comercialmente.

Mais uma vez, a crítica se dá na falta de comprovação empírica dos modelos tradicionais, uma vez que, embora o aumento de produtividade dos países industrializados fosse superior, ou seja, os custos de produção diminuíssem mais, os preços de seus produtos não caíam, como propunha a teoria tradicional. Nesse sentido, “enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles parte do fruto do seu próprio progresso técnico” (PREBISCH, 2000 apud SCHMIDT FILHO, 2011, p. 70).

Essa característica se explica, dentre outros fatores, pelas diferentes elasticidades-renda entre os produtos exportados (agrícolas) e importados (manufaturados) pelos países da América Latina, que provocavam uma deterioração dos termos de troca, pois conforme a renda local aumentava, a demanda por importações crescia, enquanto as exportações não eram capazes de suprir essa necessidade por serem compostas principalmente por produtos com menor grau tecnológico e, portanto, conforme aponta a teoria de Kaldor, não poderiam crescer na mesma proporção que as importações. Essas são as bases da chamada teoria estruturalista da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (SCHMIDT FILHO, 2011).

Outra abordagem que reúne a importância entre aspectos da demanda e da tecnologia para explicar a relação entre comércio internacional e crescimento é a Lei de

Thirlwall, que determina que a taxa de crescimento econômico de longo prazo é definida pela divisão da taxa de crescimento de longo prazo das exportações pela elasticidade de longo prazo da demanda por importações (THIRLWALL, 1979; MCCOMBIE & THIRLWALL, 1994). Ou seja, o crescimento de longo prazo de um país depende do equilíbrio de longo prazo de seu Balanço de Pagamentos.

Portanto, uma economia com recorrentes déficits em Balanço de Pagamentos não pode apresentar crescimento de longo prazo. Nesse contexto, o comércio internacional é ainda mais importante para os países em desenvolvimento, como o Brasil, visto que, em geral, apresentam déficit na conta de serviços devido à remessa de lucros e pagamento de juros em decorrência da entrada anterior de capitais estrangeiros. Sendo assim, para manter o equilíbrio seria necessário aumentar as exportações ou diminuir as importações, no entanto, elevadas taxas de crescimento são acompanhadas pelo aumento das importações, tornando a segunda opção inviável (NAKABASHI, 2012).

Daí decorre a importância de uma estrutura produtiva baseada em produtos de maior conteúdo tecnológico, que possuem maior elasticidade-renda e menor volatilidade de preços, tornando a pauta exportadora do país mais favorável à manutenção de uma Balança Comercial superavitária e possibilitando a manutenção de taxas de crescimento de longo prazo. Como aponta Moreira (2012, p. 224):

A evidência empírica parece sugerir que as mudanças em termos de competitividade no comércio de alta tecnologia constituem tendência de longo prazo. Tais mudanças ultrapassam os limites das políticas macroeconômica e/ou flutuações cambiais, cabendo aos fatores estruturais um forte papel. Obviamente que, em uma economia mundial marcada pelo comércio de alta tecnologia, cabe aos governos nacionais um papel relevante, com novas formas de intervenção pública na tentativa de corrigir as assimetrias que preponderam no comércio internacional.

Além das características já apresentadas, Nakabashi (2012) destaca outras variáveis macroeconômicas determinantes para a manutenção do superávit no Balanço de Pagamentos, como a taxa de câmbio real, a entrada do fluxo de capitais e o crescimento do resto do mundo.

As teorias heterodoxas apresentadas destacam a importância do papel da inovação como forma de utilizar o comércio internacional como uma ferramenta para garantir o desenvolvimento econômico de um país. Nesse sentido, as características

institucionais e políticas governamentais são de fundamental importância para proporcionar um ambiente favorável à inovação e capaz de provocar mudanças estruturais necessárias para uma economia. Com base nesses argumentos, a próxima seção apresenta as características da economia brasileira a partir da década de 1990.

## **2. Economia brasileira**

Desde que era uma colônia, o Brasil teve como uma das principais características o papel de exportador de produtos primários, iniciado, ainda, com a exportação do pau-brasil e apresentando ciclos de desenvolvimento baseados no desempenho da exportação de *commodities* agrícolas, como o açúcar e o café, este já no período da República. Contudo, a crise de 1929, a queda dos preços do café e a falta de abastecimento provocada pelas Guerras Mundiais fizeram o país adotar uma postura diferente que tomou a forma em maiores investimentos no seu parque industrial, especialmente em indústrias de base, com intensa participação estatal em uma visão nacional desenvolvimentista no governo Vargas (FURTADO, 2007).

O MSI proposto pela CEPAL ajudou a consolidar a indústria nacional orientada para a demanda interna e protegida pelo fechamento da economia do país. Contudo, em decorrência das crises do petróleo, da falta de liquidez e da alta dos juros internacionais, o Brasil passou por sérias dificuldades durante a década de 1980, com especial destaque para o descontrole da inflação que dominou as discussões econômicas no período (CARNEIRO, 2002).

Nesse sentido, a década de 1990 foi época de grandes mudanças para o Brasil. Em função da instabilidade econômica e das modificações no cenário internacional, a manutenção do MSI foi dificultada e iniciou-se um processo de liberalização econômica dentro de um contexto de inserção periférica que marcou a trajetória dos países então subdesenvolvidos. Essa mudança imprimiu fortes impactos sobre a economia brasileira nos sentidos mais amplos, que vão desde sua política regional até o perfil de inserção no comércio internacional.

### **2.1. Abertura econômica: 1990-1994**

O período de 1990 a 1994 foi marcado por forte turbulência política no Brasil, após uma longa fase de ditadura militar. Em 1990, Fernando Collor de Mello tomou posse como

primeiro presidente eleito pelo voto direto após aquele período, porém menos de dois anos depois sofreu o *impeachment* e Itamar Franco assumiu a presidência.

Todas as atenções da política econômica do país estavam voltadas para o controle da inflação, que chegou ao patamar de 80% ao mês. Fernando Collor, já no primeiro dia de mandato, instituiu o Plano Collor I, que teve como principal marca o sequestro de liquidez, por meio do bloqueio das aplicações financeiras que ultrapassem o limite de NCr\$50.000. Inicialmente, o plano conseguiu conter a inflação, que em pouco tempo retornou aos altos níveis registrados anteriormente e, em fevereiro de 1991, foi implementado o Plano Collor II. No entanto, em decorrência do fracasso econômico e político do plano anterior, além dos escândalos de corrupção no governo, o plano acabou tendo pouca relevância (BAER, 2002).

Após a posse de Itamar Franco, em outubro de 1992, houve uma sucessão de ministros da Fazenda até a posse de Fernando Henrique Cardoso (FHC), em maio de 1993. Sob seu comando foi concebido o Plano Real em três fases: equilíbrio das contas do governo, criação da Unidade Real de Valor (URV) e concessão de poder liberatório à unidade de conta e estabelecimento das regras de emissão da nova moeda (CASTRO, 2005).

Após o fracasso de cinco planos econômicos, o Plano Real obteve sucesso em conter a inflação, no entanto todas essas “experiências” acarretaram um grande custo para a economia brasileira. No período, a média de crescimento do PIB foi de 1,24%, mesmo com o bom resultado de 1993 e 1994 (4,9% e 5,5%, respectivamente), puxado pelo desempenho da agropecuária em 1994 (5,5%). A indústria foi fortemente atingida após o Plano Collor I, com queda de 8,2% em 1990, contudo com a euforia após a queda da inflação, mesmo com medidas de contenção da demanda, a indústria cresceu 6,7% em 1994. O mesmo ocorreu com as exportações, que sofreram retração nos dois primeiros anos da década, mas cresceram nos três anos seguintes (CASTRO, 2005).

Outro aspecto importante do período foi o início da liberalização econômica do país seguindo as diretrizes do Consenso de Washington e do Plano Brady, que tinha como meta a reestruturação da dívida soberana, um dos principais problemas da economia brasileira. Essa mudança de diretriz, a partir da década de 1990, deu-se, não só no Brasil, como também em grande parte dos países em desenvolvimento, em especial na Ásia e na América Latina. Carneiro (2002) aponta que em toda a década de

1990 houve o aumento vertiginoso do fluxo de capitais em direção aos países em desenvolvimento em virtude, além da liberalização, da maior poupança financeira e da diversificação das aplicações, bem como da queda do nível de atividade e rendimentos dos países centrais, que já haviam iniciado essa mudança desde a década anterior. Na tabela 1 são apresentados alguns dos principais indicadores macroeconômicos para o período.

**Tabela1 - Indicadores Macroeconômicos - 1990-1994**

<b>Ano</b>	<b>Crescimento PIB (%a.a.)</b>	<b>Inflação IGP-OG (%a.a.)</b>	<b>Balança Comercial (US\$ bilhões)</b>
<b>1990</b>	-4,35	1.346,15	10,8
<b>1991</b>	1,03	525,00	10,6
<b>1992</b>	-0,47	1.164,00	15,2
<b>1993</b>	4,67	2.710,13	13,3
<b>1994</b>	5,33	1.094,09	10,5
<b>MÉDIA</b>	<b>1,24</b>	<b>880,07</b>	<b>12,1</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata.

Nesse contexto, o governo Collor instituiu a nova Política Industrial de Comércio Exterior (PICE), que foi concebida como uma “pinça”, com uma “perna” para incentivar a competição e outra para incentivar a competitividade. No entanto, a “perna” da competição foi muito mais atuante do que a “perna” da competitividade, dessa forma, foram extintas as listas de produtos com emissão de guias de importação suspensa e alguns dos regimes especiais de importação, como também houve uma reforma tarifária, reduzindo gradualmente as alíquotas de todos os produtos (a tarifa média caiu de 32,2% para 14,2%). Como consequência da abertura, aliada ao aumento da demanda após o Plano Real, foi registrado de 1990 a 1994 o aumento de 60% das importações e os investimentos diretos fecharam 1994 em US\$1,5bilhão (CASTRO, 2005).

## **2.2. Desequilíbrio externo, crise fiscal e estabilidade monetária: 1995-1998**

O primeiro mandato do presidente FHC foi marcado por políticas econômicas para a manutenção da estabilidade inflacionária conquistada após o Plano Real, o que representou a introdução de políticas de contenção do forte aumento da demanda como consequência do controle da inflação. Esse período também foi marcado por um contexto internacional desfavorável, pois a intensidade de fluxo de capitais para os

países emergentes diminuiu bastante devido às sucessivas crises financeiras ocorridas nesses países (CARNEIRO, 2002).

Ainda em 1994, o Plano Real enfrentou seu primeiro desafio com o estouro da crise do México, ocasionando a forte saída de capitais do Brasil e queda das reservas internacionais, fundamentais para a manutenção da âncora cambial. Somente após o anúncio da desvalorização controlada da moeda e da forte alta da taxa de juros nominal os investidores retornaram ao país. Contudo, as crises na Ásia em 1997 e na Rússia em 1998 provocaram a retomada das políticas monetárias ortodoxas (GIAMBIAGI, 2005).

As medidas adotadas para manter o controle da inflação provocaram forte impacto na economia brasileira, como pode ser observado em alguns dados selecionados na tabela 2.

**Tabela2 -Indicadores Macroeconômicos - 1995-1998**

<b>Ano</b>	<b>Crescimento do PIB (% a.a.)</b>	<b>IPCA (% a.a.)</b>	<b>Balança Comercial US\$ (bilhões)</b>
<b>1995</b>	4,42	22,41	-3,5
<b>1996</b>	2,15	9,56	-5,6
<b>1997</b>	3,38	5,22	-6,7
<b>1998</b>	0,04	1,65	-6,6
<b>MÉDIA</b>	<b>2,5</b>	<b>9,71</b>	<b>-5,6</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata.

As consequências das políticas macroeconômicas adotadas ficam evidentes após a apresentação dos dados. A inflação, além de estabilizada, apresentou forte queda, de 22,41% para 1,65%, enquanto o crescimento do PIB diminuiu bastante, chegando a apenas 0,04% em 1998. Outros dois pontos importantes foram destacados por Giambiagi (2005): o desequilíbrio externo provocado pelo aumento das importações e o fraco desempenho da indústria local, provocando déficit na balança comercial em todos os anos do período e ainda pelo aumento do pagamento de lucros e dividendos; e a crise fiscal agravada pelas altas taxas de juros. Nesse sentido, o governo intensificou o processo de reformas, iniciado ainda no governo Collor, com destaque para as privatizações, que no curto prazo ajudaram a aplacar o déficit público. Como destaque positivo, pode-se dizer que mesmo assim o PIB do Brasil seguiu crescendo, totalizando cerca de 10% no período.

### **2.3. Ajuste fiscal, flutuação cambial e metas inflacionárias: 1999-2002**

A fuga de capitais após a crise da Rússia em 1998 tornou a política macroeconômica do governo insustentável. Naquele mesmo ano, recorreu-se a um empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI), que por sua vez exigiu em troca o estabelecimento de metas fiscais com o superávit primário. Outra importante consequência da fuga de capitais foi a desvalorização da moeda e a adoção do regime de câmbio flutuante. Por fim, com a nomeação de Armínio Fraga como presidente do Banco Central foi adotado o regime de metas de inflação, que “foi entendida como uma espécie de ‘troca de âncora’, face ao desaparecimento da âncora cambial” (GIAMBIAGI, 2005, p. 178). Este passou a ser, então, o novo “tripé” da política macroeconômica brasileira – superávit primário, câmbio flutuante e regime de metas de inflação – presente ainda no atual governo. A tabela 3 apresenta alguns dados importantes do período.

**Tabela3 - Indicadores Macroeconômicos - 1999-2002**

<b>Ano</b>	<b>Crescimento do PIB (% a.a.)</b>	<b>IPCA (% a.a.)</b>	<b>Balança Comercial (US\$ bilhões)</b>
<b>1999</b>	0,25	8,94	-1,2
<b>2000</b>	4,31	5,97	-0,7
<b>2001</b>	1,31	7,67	2,6
<b>2002</b>	2,66	12,53	13,1
<b>MÉDIA</b>	<b>2,13</b>	<b>8,78</b>	<b>3,5</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata.

Os primeiros anos do segundo governo FHC apresentaram bom crescimento, 3,3% no quarto trimestre de 1999 e mais de 4% em 2000. No entanto, mais uma vez, crises externas afetaram o desempenho do país, tais foram o 11 de setembro e a crise da Argentina em 2001, aliadas à crise energética interna. E o país terminou o período com média de 2,13% de crescimento do PIB, menor que a média do mandato anterior (2,5%). No entanto, a desvalorização do real diminuiu o crescimento das importações e a balança comercial apresentou média de superávit de US\$3,5 bilhões ante o déficit médio de US\$5,6 bilhões de 1995-1998 (GIAMBIAGI, 2005).

Em aspectos gerais, durante todo o período as medidas adotadas para a economia brasileira exigiram um alto custo social, o crescimento foi baixo, assim como a renda e o emprego, fatores que contribuíram para que Luís Inácio Lula da Silva, representante



de um partido de esquerda, fosse eleito novo presidente do Brasil em 2002. O candidato era visto com muita desconfiança pelos mercados internacionais.

#### 2.4. Cenário externo favorável: 2003-2007

A desconfiança em relação ao governo acabou quando Lula sinalizou que manteria as mesmas diretrizes de política macroeconômica adotadas pelo governo anterior. Como pode ser observado pelos dados da tabela 4, este período do governo Lula teve desempenho muito superior ao governo FHC, com maior média de crescimento, menor inflação e saldo da balança comercial mais alto.

**Tabela 4 - Indicadores Macroeconômicos - 2003-2007**

<b>Ano</b>	<b>Crescimento do PIB (% a.a.)</b>	<b>IPCA (% a.a.)</b>	<b>Balança Comercial (US\$ bilhões)</b>
<b>2003</b>	1,15	9,30	24,8
<b>2004</b>	5,71	7,60	33,6
<b>2005</b>	3,16	5,69	44,7
<b>2006</b>	3,96	3,14	46,5
<b>2007</b>	6,09	4,46	40,0
<b>MÉDIA</b>	<b>4,01</b>	<b>6,04</b>	<b>37,9</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata.

No entanto, Filgueiras et al. (2010) apontam que existem duas visões distintas sobre as causas do bom desempenho. A visão de esquerda pró-governo defende que, apesar da “herança maldita”, que impediu maior crescimento nos primeiros anos do mandato, o rompimento com as políticas anteriores provocou, em 2006/2007, um novo ciclo da economia baseado nas seguintes premissas: 1) retomada da participação do Estado na condução do processo econômico; 2) ampliação da oferta de crédito, juntamente com a política de aumentos reais do salário mínimo e dos gastos em política social; e 3) a reorientação da política externa. Mas a oposição de direita identifica o “novo momento” como resultados das políticas neoliberais adotadas na década de 1990 e sua maturação e persistência, mesmo com a crise de janeiro de 1999, adotando o “tripé” de políticas macroeconômicas e ainda pela “sorte” de ter vivido um momento de novo ciclo de crescimento da economia mundial.

Para Gonçalves (2010), ambos os fatores foram determinantes para os resultados do governo Lula (utilizando dados de 2003-2009), uma vez que, sem o impulso da conjuntura internacional (o comércio mundial cresceu à taxa média de 7,2%), o

desempenho do governo seria medíocre, em grande parte por consequência da herança ruim deixada por FHC. No entanto, o autor também aponta que, mesmo sendo considerado melhor que o governo FHC, quando comparado aos outros governos do período republicano, o governo Lula apresenta um desempenho fraco nos índices macroeconômicos, especialmente confrontando com padrões internacionais. No período, o país teve hiato de crescimento de -0,1 e fechou com 2,74% de participação no PIB mundial, valor inferior ao dos governos Collor e FHC. Os únicos indicadores considerados com desempenho satisfatório estão relacionados à inflação e à vulnerabilidade externa.

Como citado anteriormente, a volta da atuação do Estado na economia foi uma das características mais marcantes deste governo, notadamente através de grandes programas de investimento, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou de transferência de renda, como o Bolsa Família. Este último tem como função primordial a redução da pobreza extrema por meio da elevação do consumo das famílias de baixa renda. O consumo interno, por sua vez, foi um dos principais motores do crescimento da economia brasileira neste período.

## 2.5. Cenário externo desfavorável: 2008-2012

Havia muita expectativa e apreensão quanto às consequências da crise de 2008 para a economia brasileira, especialmente porque esta crise teve início nos Estados Unidos, a maior economia do planeta. Como era de se esperar, inicialmente o país sofreu um revés, com forte queda da balança comercial em 2008 e PIB negativo em 2009 (-0,33). Contudo, a intensificação de políticas de redução das taxas de juros, aumento de crédito, bem como uma nova rodada de investimentos governamentais através do PAC 2 e do programa Minha Casa Minha Vida impulsionaram o crescimento da economia pela demanda interna e, já em 2010, o PIB do país cresceu 7,5, de acordo com a tabela 5.

**Tabela5 - Indicadores Macroeconômicos - 2008-2012**

<b>Ano</b>	<b>Crescimento do PIB (% a.a.)</b>	<b>IPCA (% a.a.)</b>	<b>Balança Comercial (US\$ bilhões)</b>
<b>2008</b>	5,17	5,90	24,8
<b>2009</b>	-0,33	4,31	25,3
<b>2010</b>	7,53	5,91	20,1
<b>2011</b>	2,73	6,50	29,8
<b>2012</b>	1,03	5,84	19,4

<b>MÉDIA</b>	<b>3,2</b>	<b>5,69</b>	<b>23,9</b>
--------------	------------	-------------	-------------

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ipeadata.

No entanto, a recuperação não foi capaz de suportar, também, os efeitos da crise da dívida na Zona do Euro e da queda do ritmo da economia mundial como um todo. A partir de 2011, o crescimento econômico passou a diminuir e a inflação voltou a ser um ponto de preocupação da política macroeconômica, atingindo o teto da meta (6,5%). Em 2012, o saldo da balança comercial apresentou o menor valor desde 2003.

Nesse sentido, em uma análise sobre o desempenho dos governos do PT, Gonçalves (2014) expõe que definir o desempenho do governo como bom ou ruim com base somente no governo FHC é uma análise enviesada e insuficiente, pois deve ser considerado um contexto histórico mais amplo, bem como o panorama internacional, e nesse contexto os governos petistas apresentam desempenho macroeconômico fraco, especialmente em relação ao investimento e à dívida pública.

Após apresentados os argumentos acerca da importância do comércio internacional para o desenvolvimento econômico e dos principais aspectos da economia brasileira para o período analisado, na próxima seção serão expostos os aspectos metodológicos deste estudo.

### **3. Aspectos metodológicos**

Quanto aos objetivos (ou fins), a pesquisa é dita descritiva, uma vez que calcula diversos indicadores a fim de estabelecer o perfil de inserção internacional do Brasil dentro de cada subperíodo macroeconômico marcante para a economia. Sob esta mesma perspectiva, a pesquisa também é caracterizada como explicativa, pois após determinar o perfil de inserção internacional do país, procura compreendê-lo com base nas políticas econômicas adotadas no período, assim como no contexto internacional no qual o país estava inserido.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados (ou meios de investigação), a pesquisa é considerada documental, uma vez que faz uso de uma série de dados disponibilizados em diversas fontes estatísticas, que serão detalhadas posteriormente. A pesquisa também é bibliográfica, tendo em vista que utiliza as informações obtidas em livros e artigos científicos como base para realizar as inferências acerca dos indicadores calculados.

A seguir será apresentada a classificação utilizada para ordenar os setores de acordo com seu nível tecnológico.

### 3.1. Classificação setorial

O trabalho utilizará como base a classificação adotada pela UNCTAD (2002), que ordena os setores da seguinte forma: A - *Commodities* primárias; B - Produtos intensivos em trabalho e baseados em recursos naturais; C - Produtos de baixa intensidade tecnológica e produtividade do trabalho; D - Produtos de média intensidade tecnológica e produtividade do trabalho; E - Produtos de alta intensidade tecnológica e produtividade do trabalho; e F - Produtos não classificados.

Esta classificação adota a nomenclatura *Standart International Trade Classification* (SITC), Rev. 2, ao nível de 3 dígitos, no entanto este trabalho é realizado conforme a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), com dois dígitos de agregação (99 capítulos da SH). Portanto, para viabilizar o estudo foi utilizada a tradução elaborada por Amaral (2008).

Apresentada a classificação setorial adotada, no próximo tópico são expostos os indicadores de comércio internacional, sob os quais serão feitas as análises de perfil de inserção internacional do Brasil.

### 3.2. Indicadores de comércio internacional

A análise do desempenho e da contribuição de cada categoria para a economia brasileira será feita através de quatro indicadores de comércio internacional: *Market Share*, Participação nas Exportações, Vantagem Comparativa Revelada e Contribuição ao Saldo.

O *Market Share* (MS) setorial apresenta a quantidade de exportações de um grupo setorial (i) de um país (j) em relação à quantidade total de exportações mundiais deste grupo setorial, ou seja, o indicador mede a parcela de mercado de exportações de um país em um determinado setor (SCHMIDT FILHO, 2011).

O indicador é calculado pela seguinte fórmula:

$$MS = \frac{X_{ij}}{X_i}$$

Onde:

$X_{ij}$  = exportações do grupo setorial i pelo país j

$X_i$  = exportações do grupo setorial i no mundo

A Participação nas Exportações (PE) informa qual a fatia do grupo setorial no total exportado pelo país (SCHMIDT FILHO, 2011).

É obtida a partir da seguinte fórmula:

$$PE = \frac{X_{ij}}{X_j}$$

Onde:

$X_{ij}$  = exportações do grupo setorial i pelo país j

$X_j$  = exportações totais realizadas pelo país j

A Vantagem Comparativa Revelada (VCR) é um indicador desenvolvido por Balassa (1965). Indica se um país possui ou não vantagens comparativas em um determinado setor. Se o indicador for maior que um, o país possui vantagens comparativas; se for menor, o país não possui vantagens comparativas no setor e se for igual a um, as exportações do setor crescem na mesma proporção que o crescimento mundial.

A fórmula do indicador é a seguinte:

$$VCR = \frac{X_{ij}/X_j}{X_i/X}$$

Onde:

$X_{ij}$  = exportações do grupo setorial i pelo país j

$X_j$  = exportações totais realizadas pelo país j

$X_i$  = exportações do grupo setorial i no mundo

$X$  = exportações mundiais totais

A Contribuição ao Saldo (CS), em Lafay (1990), indica qual a real contribuição do setor para a balança comercial do país. Se o resultado obtido for maior que zero, o setor contribui positivamente para o saldo comercial; caso contrário, a contribuição é negativa.

O indicador é obtido pela seguinte fórmula:

$$CS = 1000 \div PIB_j \times (S_1 - S_2), \text{ sendo:}$$
$$S_1 = 100 \times (X_{ij} - M_{ij}) / [(X_j + M_j) / 2]$$

$$S_2 = 100 \times (X_j - M_j) / [(X_j + M_j) / 2] \times [(X_{ij} + M_{ij}) / X_j + M_j]$$

Onde:

$X_{ij}$  = exportações do grupo setorial i pelo país j

$M_{ij}$  = importações do grupo setorial i pelo país j

$X_j$  = exportações totais realizadas pelo país j

$M_j$  = importações totais realizadas pelo país j

PIB<sub>j</sub> = Produto Interno Bruto do país j

Por fim, serão apresentadas as bases de dados utilizadas para a obtenção dos dados.

#### 4. As bases de dados

Os dados referentes às exportações e importações do Brasil foram retirados do AliceWeb, base de dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Para as informações do comércio internacional por setores foi utilizada a base de dados das Nações Unidas, o Comtrade. O total das importações mundiais foi obtido por meio de dados da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O PIB do Brasil em dólares foi obtido através do Banco Mundial.

A próxima seção traz a análise dos dados obtidos sob o aspecto tecnológico, de acordo com recortes temporais feitos para o estudo.

#### 5. Análise dos resultados

Nesta seção, serão apresentados os resultados dos índices calculados para cada subperíodo estudado. As características mais relevantes apontadas pelos dados serão discutidas com base nos aspectos da economia brasileira expostos anteriormente, assim como suas repercussões para o desempenho de longo prazo, com base nas teorias apresentadas.

##### 5.1 Discussões para 1990-1994

Por meio dos dados apresentados na tabela 6, é possível identificar a maior aptidão do Brasil em setores de menor intensidade tecnológica, dentre todos somente *commodities* primárias, intensivo em trabalho e recursos naturais e de baixa intensidade apresentaram vantagem comparativa revelada, assim como um elevado *market share* mundial. Esses

setores também representaram a maior parte das exportações do país, com um total de 68,13% do total exportado.

**Tabela6 - Market Share, Participação nas Exportações, Vantagem Comparativa Revelada e Contribuição ao Saldo (Média) - 1990-1994**

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>MS (%)</b>	<b>PE (%)</b>	<b>VCR</b>	<b>CS</b>
<b>Commodities Primárias</b>	4,47	42,21	4,75	25,02
<b>Trab. e Rec. Naturais</b>	1,68	13,36	1,78	8,60
<b>Baixa Intensidade</b>	4,10	12,56	4,36	9,04
<b>Média Intensidade</b>	0,81	25,73	0,86	-4,01
<b>Alta Intensidade</b>	0,64	3,26	0,69	-1,89
<b>Petróleo</b>	0,44	1,70	0,47	-9,89
<b>Não Classificados</b>	0,56	1,18	0,60	0,68

Fonte: Elaboração própria.

O grupo de média intensidade também merece destaque, uma vez que, apesar de ter a segunda maior participação nas exportações (25,73%), o alto valor exportado não supera o total importado, fazendo com que estes setores não contribuam positivamente para o saldo da balança comercial. Também apresentam déficit na balança comercial os setores de alta intensidade e petróleo. Corroborando ainda mais o fraco desempenho do país entre os grupos de maior intensidade tecnológica.

Os efeitos da abertura comercial e da política de “choque de competitividade” podem ser vistos ao longo do período, pois tanto os valores de *market share* e VCR de todos os setores apresentaram tendência decrescente nessa fase. A participação dos grupos nas exportações apresentou variação pouco relevante em cada ano, contudo somente o grupo de alta intensidade perdeu participação em todos os anos, passando de 3,58% em 1990 para 3,10% em 1994.

## **5.2 Discussões para 1995-1998**

Os valores médios dos indicadores para os anos de 1995 a 1998 apresentados na tabela 7 não demonstram mudanças relevantes na estrutura produtiva do Brasil. *Commodities* primárias, intensivo em trabalho e recursos naturais e baixa intensidade continuaram sendo os únicos setores com VCR acima de 1 e, juntamente com os não classificados, apresentaram contribuição ao saldo positiva. A importância dos grupos na participação das exportações também não sofreu grandes mudanças, apenas petróleo perdeu relevância e trocou de posição com não classificados, passando para a última colocação.

**Tabela 7 - Market Share, Participação nas Exportações, Vantagem Comparativa Revelada e Contribuição ao Saldo (Média) - 1995-1998**

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>MS (%)</b>	<b>PE (%)</b>	<b>VCR</b>	<b>CS</b>
<b>Commodities Primárias</b>	3,00	43,28	3,28	16,01
<b>Trab. e Rec. Naturais</b>	0,97	13,74	1,06	4,13
<b>Baixa Intensidade</b>	1,91	9,50	2,09	3,87
<b>Média Intensidade</b>	0,54	27,01	0,59	-20,56
<b>Alta Intensidade</b>	0,47	4,10	0,51	-3,65
<b>Petróleo</b>	0,13	0,76	0,14	-6,88
<b>Não Classificados</b>	0,47	1,61	0,51	0,39

Fonte: Elaboração própria.

O principal aspecto negativo do período se dá no *market share* mundial, no qual o país perdeu participação em todos os grupos de classificação, com especial destaque para o grupo de baixa intensidade, que caiu 53,41%, passando de 4,10% na média de 1990-1994 para 1,91% na média de 1995-1998, que se refletiu na queda de sua participação nas exportações, embora não tenha sido o suficiente para diminuir a importância do grupo em termos hierárquicos.

A queda de *market share* é justificada pelo câmbio alto mantido no período a fim de manter o controle inflacionário da moeda, bem como pela manutenção e ampliação das políticas de abertura econômica do país. Nesse sentido, embora todos os grupos tenham mantido o mesmo tipo de contribuição ao saldo que apresentaram em 1990-1994, em módulo os valores dos grupos que contribuía de forma negativa cresceram, com exceção de petróleo, enquanto os valores dos grupos que contribuía positivamente diminuíram, fator este que explica a balança comercial negativa durante todos os anos no período em análise.

### **5.3 Discussões para 1999-2002**

Alguns aspectos importantes podem ser retirados da tabela 8, por exemplo, o ganho de relevância dos setores menos significativos, alta intensidade, petróleo e não classificados, que aumentaram sua participação nas exportações e seu *market share*, enquanto os demais perderam, com exceção de *commodities* primárias, que ganhou mercado internacional. Este grupo, juntamente com intensivo em trabalho e recursos naturais e baixa intensidade, representavam 66,52% do total exportado na média de 1995-1998; este valor caiu para 60,25% em 1999-2002, já a participação de média e alta intensidade em conjunto subiu de 31,11% para 34,92%. Vale salientar que, apesar de



sua significância, estes dados não representam grande mudança na estrutura produtiva do país, uma vez que, além de não serem variações muito elevadas, os valores de VCR de contribuição ao saldo não apontam qualquer mudança significativa.

O destaque negativo se dá ao grupo intensivo em trabalho e recursos naturais, que definitivamente perdeu importância no cenário internacional, apresentando VCR menor que 1 e consolidou a sua perda de participação de mercado que acontecia desde anos anteriores, em função, principalmente, do acirramento da concorrência com os produtos da China. Contudo, o grupo ainda apresenta grande importância na pauta exportações do país.

Já a alta do câmbio, aliada à consolidação do Mercosul, teve forte impacto positivo sobre o grupo de alta intensidade, que apresentava crescimento desde 1995 e obteve seu ápice em 2000, com *market share* de 0,95%, participação nas exportações de 9,32% e VCR 1,11. Essa tendência se reverteu em 2001, ano da crise da dívida da Argentina, o que corrobora o vínculo dos setores com o desempenho do bloco econômico. O *market share* do grupo caiu para 0,90% em 2001 e para 0,70% em 2002.

**Tabela82 - Market Share, Participação nas Exportações, Vantagem Comparativa Revelada e Contribuição ao Saldo (Média) - 1999-2002**

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>MS (%)</b>	<b>PE (%)</b>	<b>VCR</b>	<b>CS</b>
<b>Commodities Primárias</b>	3,20	41,52	3,59	31,00
<b>Trab. e Rec. Naturais</b>	0,79	11,36	0,89	7,39
<b>Baixa Intensidade</b>	1,59	7,37	1,79	4,81
<b>Média Intensidade</b>	0,50	26,81	0,56	-25,61
<b>Alta Intensidade</b>	0,81	8,11	0,91	-2,66
<b>Petróleo</b>	0,29	2,74	0,32	-9,55
<b>Não Classificados</b>	0,52	2,08	0,58	1,54

Fonte: Elaboração própria.

#### **5.4 Discussões para 2003-2007**

O bom desempenho econômico do período indicado na tabela 9 pode ser confirmado pelo aumento de *market share* de todos os grupos de setores, com exceção de alta intensidade. O grupo de petróleo foi o que mais cresceu em comparação com o período anterior, mais que dobrando, tanto o seu *market share* (de 0,29% para 0,60%) quanto sua participação nas exportações (de 2,74% para 6,34%), fazendo com que o grupo ganhasse relevância em comparação com os setores de alta intensidade. Contudo, é importante observar que o grupo continua contribuindo negativamente para o saldo da

balança comercial mesmo após o anúncio da autossuficiência na área petrolífera em 2006.

Tabela9 - *Market Share*, Participação nas Exportações, Vantagem Comparativa Revelada e Contribuição ao Saldo (Média) - 2003-2007

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>MS (%)</b>	<b>PE (%)</b>	<b>VCR</b>	<b>CS</b>
<b>Commodities Primárias</b>	3,98	41,83	3,68	46,11
<b>Trab. e Rec. Naturais</b>	0,84	9,01	0,77	8,64
<b>Baixa Intensidade</b>	1,75	8,08	1,62	7,84
<b>Média Intensidade</b>	0,67	27,80	0,61	-10,19
<b>Alta Intensidade</b>	0,60	5,02	0,55	-3,47
<b>Petróleo</b>	0,60	6,34	0,55	-7,42
<b>Não Classificados</b>	0,63	1,93	0,58	2,25

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos bons resultados no saldo da balança comercial, estes se explicam pelo efeito contrário do que foi registrado no período 1995-1998, ou seja, embora não tenha sido registrada nenhuma mudança no tipo de contribuição ao saldo, o módulo dos setores que contribuía negativamente em geral diminuiu, enquanto os setores que contribuía positivamente cresceram especialmente no grupo de *commodities* primárias impulsionado pelo crescimento da demanda por produtos deste setor na China.

Contudo, apesar do melhor desempenho em relação ao período anterior, os dados também corroboram o argumento de que em geral o desempenho neste período foi medíocre, pois apesar de um contexto internacional favorável e de maior estabilidade interna, não houve nenhuma mudança estrutural significativa; pelo contrário, os setores de alta intensidade perderam espaço para o grupo de petróleo. Em comparação com o período 1990-1994 somente os setores de petróleo e não classificados apresentam *market share* médio superior.

### 5.5 Discussões para 2008-2012

A maior consequência da queda do desempenho da economia mundial sobre o perfil de inserção comercial foi a intensificação de sua dependência para os setores de *commodities* primárias, como pode ser observado na tabela 10. Em relação à média de 2003-2007, houve aumento de 17,62% na participação das exportações, em função da elevação do *market share* de 3,98% para 5,33%. Como consequência da maior atenção sobre o setor petrolífero após a descoberta da camada pré-sal, neste período o grupo de petróleo ganhou ainda mais força, elevando sua participação nas exportações de 6,34%

para 9,91%, tornando-se o terceiro grupo de maior relevância para o país. Esta foi uma característica crescente ao longo do período. Em 2012, o grupo obteve 1% de *market share* e 10,91% do total exportado.

**Tabela3 - Market Share, Participação nas Exportações, Vantagem Comparativa Revelada e Contribuição ao Saldo (Média) - 2008-2012**

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>MS (%)</b>	<b>PE (%)</b>	<b>VCR</b>	<b>CS</b>
<b>Commodities Primárias</b>	5,33	49,20	4,11	42,97
<b>Trab. e Rec. Naturais</b>	0,78	6,97	0,61	2,92
<b>Baixa Intensidade</b>	1,65	6,32	1,28	2,69
<b>Média Intensidade</b>	0,66	21,03	0,51	-27,43
<b>Alta Intensidade</b>	0,61	4,39	0,47	-5,09
<b>Petróleo</b>	0,89	9,91	0,69	-5,92
<b>Não Classificados</b>	1,02	2,18	0,78	2,01

Fonte: Elaboração própria.

Conjuntamente, *commodities* primárias e petróleo possuem na média 59,11% do total exportado. Em 2012, essa participação era de 61,73%. Este é um aspecto preocupante no que concerne à vulnerabilidade externa em relação à pauta exportadora, uma vez que, além de ser bastante concentrada em um pequeno grupo, esta concentração se dá em setores com produtos de menor valor agregado e/ou com preços mais voláteis às especulações do mercado.

### **Conclusões**

A entrada do Brasil no movimento de liberalização econômica mundial, embora tenha sido considerada, na época, um passo importante na busca da estabilidade econômica, teve como efeito colateral o grande desmantelamento de sua estrutura produtiva, especialmente a estrutura industrial construída ao longo das décadas de 1960 e 1970, que estava sustentada pela proteção do governo e dependia fundamentalmente do mercado interno.

Contudo, a abertura econômica afetou, não só os setores de maior conteúdo tecnológico, mas toda a pauta de exportações brasileira, fazendo o país perder participação de mercado no comércio mundial, fator este que vai ao encontro do que foi proposto pelas teorias de comércio internacional, uma vez que quanto maior o volume de comércio, maiores as possibilidades de ganho da economia, principalmente no novo contexto de globalização que se iniciava no período.

Sob a perspectiva tecnológica, o perfil de inserção comercial do país também não se demonstrou favorável, baseado fundamentalmente em *commodities* exportadoras em um momento no qual o volume de importações aumentava vertiginosamente, contrariando mais uma vez as recomendações da teoria econômica internacional que propõem que, para que o comércio internacional seja uma ferramenta para a manutenção do crescimento e do desenvolvimento de longo prazo, este deve ser baseado em uma pauta exportadora de maior intensidade tecnológica.

Nesse contexto, durante os anos entre 1990 e 2012 houve poucas mudanças em relação a este aspecto da economia, embora ao longo do período administrações com diferentes perfis ideológicos tenham assumido o controle do governo e o mundo tenha passado por diversos aspectos conjunturais. Isso porque o instrumental econômico utilizado no período, a despeito da origem ideológica dos governos postos, foi claramente voltado para a maior liberalização comercial e marcado pela ausência de mecanismos que criassem vantagens competitivas em setores chave para assim atrelar positivamente comércio internacional e crescimento.

A partir do subperíodo de melhores resultados (2003-2007), é possível observar mais claramente como se dá o processo de crescimento da economia brasileira. Em um momento de conjuntura internacional favorável e ainda com o bônus de um *boom de commodities*, nesse caso ocasionado pela demanda da China, a economia brasileira apresenta dados positivos e melhores perspectivas, contudo, no momento em que a economia mundial diminuiu seu dinamismo, logo a economia nacional retorna aos mesmos patamares anteriores ou algumas vezes até piores.

É inequívoco que em um contexto internacional desfavorável a atividade econômica tenda a diminuir, contudo as falhas ou ausência de uma política de comércio internacional e, por inferência, de uma reforma estrutural, fazem com que o dano à economia seja ainda maior e a recuperação ainda mais difícil. Por exemplo, mesmo durante o período de melhor desempenho do comércio internacional do país (2003-2007), somente os *market shares* dos setores de *commodities* primárias, petróleo e não classificados eram superiores aos registrados em 1990-1994.

Portanto, apesar de o comércio internacional ser um importante instrumento de apoio ao crescimento econômico de longo prazo, como pode ser observado, por exemplo, em parte dos países asiáticos, a especialização comercial brasileira, baseada

em produtos de menor conteúdo tecnológico e, por consequência, de menor valor agregado e mais voláteis em períodos de instabilidade econômica, não permite que este mesmo processo também ocorra no Brasil. Nesse sentido, o país fica vulnerável e sempre subordinado a um ciclo mundial de comércio de *commodities*, dependendo fortemente do uso de instrumentos também muito voláteis, como o câmbio e os juros como variáveis de ajuste de curto prazo da economia.

## Referências

AMARAL, E. H. (2008). **Padrão de inserção externa catarinense 1990-2007**. . Monografia para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas, apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina (Orientador: Prof. Dr. Renato Ramos Campos).

ARCHIBUGI, D.; MICHIE, J. (1997). **Technology, globalization and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (1998). **Trade, growth and technical change**. Cambridge: Cambridge University Press.

BAER, W. (2002). **A economia brasileira**. 2 ed. São Paulo: Nobel.

BALASSA, B. (1965). Trade liberalisation and “revealed” comparative advantage. **The Manchester School**, , 33 (2): 99-123. BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. (2004). **Economia internacional: teoria e experiência brasileira**. Rio de Janeiro: Elsevier.

CARNEIRO, R. (2002). **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto de século XX**. São Paulo: UNESP.

CASTRO, L. B. (2005). Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In GIAMBIAGI, F. et al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier.

CHANG, H. (2004). **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP.

DOSI, G.; PAVITT, K.; SOETE, L. (1990). **The economics of technological change and international trade**. Nova Iorque: New York University Press.

FILGUEIRAS, L. et al. (2010). Modelo liberal periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In BECKER, Bertha K. et al. (Eds). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond.

FURTADO, C. (2007). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.

GIAMBIAGI, F. (2005). Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). In GIAMBIAGI, F. et al. (Orgs.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier.

GONÇALVES, R. (1997). A teoria do comércio internacional: uma resenha. **Economia Ensaios**, 12 (1): 3-20.

\_\_\_\_\_. (2010). Desempenho macroeconômico em perspectiva histórica: governo Lula (2003-10). In BECKER, Bertha K. et al. (Eds). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond.

\_\_\_\_\_. (2014). **Balanço crítico da economia brasileira nos governos do Partido dos Trabalhadores**. 12 mai. 2013, publicado em[[http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/r\\_goncalves\\_balanco\\_critico\\_12\\_05\\_2013.pdf](http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/r_goncalves_balanco_critico_12_05_2013.pdf)]. Disponibilidade: 15/01/ 2014.

GRUBEL, H. G.; LLOYD, P. J. (1975). **Intra-Industry Trade: the theory and measurement of international trade in differentiated products**. Londres: Macmillan.

KALDOR, N. (1989a). The irrelevance of equilibrium economics. In TARGETTI, F. & THIRLWALL, A. P. (Eds.). **The essential Kaldor**. Nova Iorque: Holmes & Meier.

\_\_\_\_\_. (1989b). Equilibrium theory and growth theory. In TARGETTI, F. & THIRLWALL, A. P. (Eds.). **The essential Kaldor**. Nova Iorque: Holmes & Meier.

\_\_\_\_\_. (1989c). The role of increasing returns, technical progress and cumulative causation in the trade and economic growth. In TARGETTI, F. & THIRLWALL, A. P. (Eds.). **The essential Kaldor**. Nova Iorque: Homes & Meier.

KINDLEBERGER, C. P. (1993). How ideas spread among economists: examples from International Economics. In COLANDER, D.; COATE, A. W. (Orgs.). **The spread of economic ideas**. Cambridge: Cambridge University Press.

KRUGMAN, P.R.; OBSTFELD, M. (2005). **Economia internacional: teoria e política**. 6. ed. São Paulo: Makron Books.

LAFAY, G. (1990). La mesure des avantages comparatifs révélés: exposé de la méthodologie du CEPII. **Économie Prospective Internationale**: 27-43.

LIST, G. F. (1983). **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas).

MCCOMBIE, J.S.L.; THIRWALL, A.P. (1994). **Economic growth and the balance-of-payments constraint**. Basingstoke: Macmillan.

MOREIRA, U. (2012). Teorias do comércio internacional: um debate sobre a relação entre crescimento econômico e inserção externa. **Revista de Economia Política**, 32 (2): 213-228, abr./jun.

NAKABASHI, L. (2012). Thirlwall ou Solow? Uma análise para a economia brasileira entre 1947 e 2008. **Economia e Sociedade**, 21 (3): 559-584, dez.

PREBISCH, R. (2000). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record.

ROBINSON, J. (1971). The need a reconsideration of the theory of international trade. In CONNELLY, M. B.; SWOBODA, A. K. (Ed.). **International trade and money**: Londres: George Allen and Unwin Ltd..

SALVATORE, D. (2007). **Introdução à e economia internacional**. Rio de Janeiro: LTC.

SARQUIS, S. J. B. (2001). **Comércio internacional e crescimento econômico no Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

SCHMIDT FILHO, R. (2011). **Uma perspectiva schumpeteriana/estruturalista do padrão de competitividade internacional brasileiro: 1985-2007**. Dissertação de Doutorado em Desenvolvimento Econômico apresentada ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas da, Universidade Federal do Paraná (Orientador: Prof. Dr. Maurício Vaz Lobo Bittencourt).

SCHUMPETER, J. A. (1982). **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas).

THIRLWALL, A. P. (1979). The balance of payments constraints as an explanation of international growth rate differences. **PSL Quarterly Review**, 64 (259): 429-438.

TOREZANI, T. A.; CAMPOS, A. C. (2013). Tecnologia e competitividade: a evolução das teorias do comércio internacional. In **Encontro Nacional de Economia Política**, 18, 2013, Belo Horizonte. Artigos. Publicado em Sociedade Brasileira de Economia Política[<http://www.sep.org.br/artigos>]. Disponibilidade: 05/09/2013.

UNCTAD. (2002). **Trade and development report 2002**. Nova Iorque: ONU.